

ciência

País não cumpre meta de cortar emissões

Redução nas emissões de CO₂ da indústria era prometida há um ano; política de mudança climática empacou em 2011

Especialistas veem queda de prioridade do tema na agenda do governo; indústria não toma providências

CLAUDIO ANGELO
DE BRASÍLIA

Principal peça de campanha de Dilma Rousseff na área ambiental, a política de mudança climática empacou no primeiro ano do governo, afastando o Brasil da meta de cortar até 39% de suas emissões de carbono em 2020.

O país não conseguiu fechar nenhum dos planos setoriais de redução de emissões na indústria prometidos há um ano, o número de alertas de desmatamento na Amazônia aumentou e o programa de redução de emissões na agricultura, que tem R\$ 2 bilhões disponíveis desde meados de 2010, só conseguiu emprestar 5% do dinheiro a produtores rurais.

Especialistas apontam uma queda de prioridade do tema na agenda do Planalto, especialmente em relação ao fim do governo Lula.

“Demos um salto adiante em 2008 e 2009. Este ano foi um retrocesso”, afirma Luiz Pinguelli Rosa, secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

Segundo ele, o governo manteve funcionando os grupos que discutem o tema nos ministérios, “mas não assumiu liderança política”.

Dilma, por exemplo, ainda não fez nenhuma reunião do fórum — que ela preside. Lula fazia ao menos uma por ano, antes das conferências do clima das Nações Unidas.

A agenda climática também ficou refém das negociações do Código Florestal, que sugaram energia do Ministério do Meio Ambiente, e da “faxina” na Esplanada.

“Cada vez que caía um ministro, parava tudo”, diz uma fonte do governo. O plano de emissões do setor de transportes, por exemplo, voltou à estaca zero com a demissão da cúpula do ministério.

A troca na Casa Civil também ajudou a baixar o assunto na lista de prioridades do governo. O tema era de interesse pessoal de Antônio Palocci; já Gleisi Hoffmann nunca compareceu às reuniões

SEM CLIMA PARA AVANÇAR

O balanço das promessas do governo sobre emissões de carbono



O COMPROMISSO

Reduzir as emissões de gases-estufa do país de 36,8% a 38,9% em 2020 em relação ao que seria emitido se nada fosse feito. Isso inclui

Ações de corte de emissões

Em milhões de toneladas de CO₂

	Sem redução	Com redução mínima	Com redução máxima
Uso da terra**	1.084	669 (-24,7%)	669 (-24,7%)
Agropecuária	622	133 (-4,9%)	166 (-6,1%)
Energia	901	166 (-6,1%)	207 (-7,7%)
Outros	92	8 (-0,3%)	10 (-0,4%)
Total	2.703	975 (-36,1%)	1.052 (-38,9%)

AS PROMESSAS

Não avançou

Planos

O governo se propôs a publicar em 15/12/2011 planos detalhando metas e ações para corte de emissões de CO₂ em 11 setores:

- Economia de baixo carbono
- Energia
- Transporte
- Indústria
- Química fina
- Química de base
- Papel e celulose
- Mineração
- Construção civil
- Saúde
- Agropecuária

O que foi feito:

Sumários executivos dos planos serão apresentados, sem detalhes sobre como os cortes serão feitos

Não avançou

Fundo

O governo criou um Fundo Nacional de Mudança Climática, com R\$ 238 milhões em 2011, para financiar ações de adaptação e de redução de emissões

O que foi feito:

Há 70 projetos aprovados, mas o fundo não gastou nenhum centavo ainda para a parte não reembolsável

Avançou pouco

Amazônia

Reduzir o desmatamento na Amazônia em 80% até 2020 em relação à média de 1996 a 2005

O que foi feito:

O país já cumpriu mais da metade da meta; em 2011, porém, a taxa deve ser mais alta que a de 2010

Avançou e parou

Agricultura

O governo criou em junho de 2010 um plano de agricultura de baixo carbono com R\$ 2 bilhões em créditos a juros baixos para recuperar 15 milhões de hectares de pastagens degradadas, entre outras ações

O que foi feito:

Até abril, o programa não havia emprestado dinheiro. Hoje os desembolsos já são de R\$ 110 milhões



sobre o tema, mandando, em seu lugar, um assessor.

DINHEIRO PARADO

O Fundo Nacional de Mudança Climática, lançado em outubro de 2010, tinha para 2011 recursos totais de R\$ 238 milhões para ações de redução de emissões e de adaptação à mudança climática.

Até a semana passada, ele só havia empenhado R\$ 5,1 milhão, e mesmo assim para financiar o próprio governo: R\$ 5 milhões foram para uma campanha sobre a lei de resíduos sólidos e R\$ 100 mil para a compra de computado-

res do Centro de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden).

A parcela reembolsável do fundo, de R\$ 200 milhões a serem emprestados pelo BNDES a juros subsidiados, ainda não gastou um centavo. Só na última terça-feira o banco assinou com o Ministério do Meio Ambiente o contrato que lhe permite começar a liberar o dinheiro.

O secretário nacional de Mudança Climática do Ministério do Meio Ambiente, Eduardo Assad, diz que os empenhos foram maiores, e que há dois outros contratos de R\$

“Demos um salto adiante em 2008 e 2009. Este ano foi um retrocesso. O governo manteve funcionando os grupos que discutem o tema nos ministérios, mas não assumiu liderança política

LUÍZ PINGUELLI ROSA
Secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas

1,8 milhão cada um fechados.

Ele admite que houve um hiato na implementação do fundo, mas culpa a burocracia natural do governo.

“Tem uma liturgia que me pegou de surpresa”, afirma. Um dos problemas, diz, foi o grau “draconiano” de exigência de documentos dos projetos submetidos ao fundo.

PLANO “REDUX”

O setor industrial também se arrasta. Um decreto presidencial assinado no ano passado determinava a elaboração de planos de corte de emissões em 11 setores, a se-

rem apresentados até o dia 15 de dezembro de 2011. Os planos deveriam conter metas detalhadas de corte de emissões até 2020. Mas o que será apresentado são “sumários executivos”, sem detalhes.

“Os planos setoriais estão uma vergonha nacional”, critica Paula Bennati, conselheira de Mudança Climática da CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Assad culpa a própria CNI pelo impasse: a indústria até agora se recusa a adotar metas absolutas, insistindo em redução no total emitido por real produzido no PIB.